

LEITURA DE MITOS EM MAPAS: UM CAMINHO PARA REPENSAR AS RELAÇÕES ENTRE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA¹

Gisele Girardi

Doutoranda em Geografia pela Universidade de São Paulo e professora de Cartografia no Curso de Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo

INTRODUÇÃO

Afirmar a importância do mapa na produção do conhecimento geográfico pode parecer falar do óbvio. Porém, a compreensão da real dimensão das relações entre a Geografia e a Cartografia é de extrema complexidade, pois, se de um lado, as atividades de registro e inventário dos lugares receberam a denominação de Geografia, desde, pelo menos, a antiguidade clássica, por outro, em determinado momento histórico, a Cartografia separou-se da Geografia, tomando corpo como disciplina específica. Uma breve incursão pela história do pensamento geográfico revela momentos significativos da relação entre esses dois campos do conhecimento humano.

RELAÇÕES ENTRE GEOGRAFIA E CARTOGRAFIA

Na escola regional, originada na França no final do século XIX, com Vidal de La Blache, que foi importante matriz da organização da Geografia científica no Brasil, há intensa utilização da Cartografia, utilização que tem sua justificativa no fato de que a imagem cartográfica

era o instrumento legitimador do método geográfico em questão, uma vez que a identidade da região era dada pela síntese obtida na sobreposição de mapas temáticos.

Subseqüentemente, no chamado período de renovação da Geografia, a Cartografia teve papéis bastante diferenciados dentro das duas correntes polarizadas a partir de então, as denominadas “Geografia Pragmática” e “Geografia Crítica”.

No âmbito da Geografia Pragmática há a sobrevivência da representação cartográfica, ou, mais especificamente, das bases cartográficas como suporte para a construção de modelos matemáticos; essa tendência hoje em dia é bastante clara na utilização dos Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) que, na essência, coincidem com os propósitos da escola vidalina, com maior sofisticação tecnológica, porém com menor vinculação a um método geográfico² (que era mais evidente tanto na escola francesa/vidalina, quanto na proposta hartshorniana).

Já no âmbito da chamada Geografia crítica, encontramos uma situação bastante diferenci-

1. Este artigo foi extraído da dissertação intitulada *A cartografia e os mitos: ensaio de leitura de mapas*, elaborada pela autora sob orientação da Profa. Dra. Maria Elena Ramos Simielli, apresentada à Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Geografia, e defendida em dezembro de 1997.

2. Na verdade, esta vinculação existe, mas é pouco discutida e até às vezes negada em favor da técnica. Mais elementos para essa discussão podem ser encontrados em Taylor (1991).

ada. Na primeira grande obra desta corrente, *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, de Lacoste (1988), originalmente publicado em 1976, muitas das críticas ao método, procedimento e posições políticas da Geografia até então constituídas, recaem sobre os mapas e as atividades cartográficas no âmbito dos trabalhos geográficos, revelando as relações de poder institucionalizadas na prática cartográfica (tanto na “geografia dos professores” quanto na “geografia dos estados maiores”, para usar os termos do próprio Lacoste).

Também há, neste momento, em nível internacional, a estruturação da Cartografia como campo específico do conhecimento³ requerendo para si o domínio de todas as etapas do processo cartográfico, desde a confecção até o estudo dos usos do mapa.

Nesse processo, a Geografia deixaria de ser construtora e passaria à condição de usuária dos mapas, o que poderia fornecer fundamentação para uma crítica das representações cartográficas. No entanto a Geografia relegou-se ao papel de consumidora de mapas.

A distinção aqui feita entre consumo e uso pauta-se na observação de como são tratados os mapas no trabalho geográfico. Temos como consumo o mapa-ilustração, muitas vezes presente apenas para legitimar a natureza geográfica da obra (situação muito comum nos livros didáticos, por exemplo); temos também o mapa-cópia, infelizmente ainda muito comum e muito marcante no ensino de Geografia nos níveis fundamental e médio. O uso tem o sentido de emprego consciente de algo, o que pressupõe conhecimento crítico do que se está utilizando e para quê.

Guelke (1981, p. 5), ao afirmar que

muitos geógrafos pararam de ver mapas e o uso destes como uma ferramenta vital ao entendimento geográfico, apesar de completamente preparados para ver a Cartografia como uma técnica potencialmente valiosa, ligada aos métodos quantitativos e ao sensoriamento remoto... [e que] a cartografia muitas vezes é

vista como uma técnica para ser usada quando necessário, caso contrário é melhor deixar nas mãos de cartógrafos profissionais e de um pequeno número de geógrafos/cartógrafos acadêmicos com disposição a pesquisar num campo essencialmente técnico, revela uma das mais contundentes realidades da atual relação Geografia/Cartografia.

O momento da ruptura entre a Geografia e a Cartografia parece apontar um paradoxo: quando a Geografia se engaja no movimento de transformação social – e aí falamos especificamente da Geografia Crítica – ,tem como importante suporte teórico as idéias estruturalistas; é no âmbito desta corrente filosófica que também são construídas importantes teorias sobre comunicação, verbal (tal como a lingüística) ou não (artes visuais, *design*, etc.).

Parecia haver, então, condições para a elaboração de análise crítica das representações cartográficas pela Geografia a partir da tese do mapa como veículo de comunicação dos fenômenos geográficos, visto que havia entendimento de método comum na ciência geográfica e nas chamadas ciências da comunicação. Porém, é justamente este o momento em que a separação – no espírito apontado por Guelke, anteriormente citado – se efetiva.

É importante apontarmos aqui o único grande projeto, nesse sentido, levado a cabo, que foi a *Semiologie graphique*, de Jacques Bertin (1967), na qual se encontram sistematizadas as regras para a construção de imagens racionais, as únicas cabíveis, segundo o autor, na comunicação de informações de caráter científico.

Porém, segundo nos informa Dosse (1994, p. 359),

dessa reflexão [*la graphique* como linguagem, seguindo o modelo da lingüística estrutural] emergiu uma prática, a de uma Cartografia mais analítica que descritiva, que funciona na EHESS [École des Hautes Études en Sciences Sociales] como produção de serviços prestados às ciências sociais, mas que não é verdadeiramente um lugar de produção de idéias,

3. Sobre este aspecto é importante situar as principais discussões acerca do estabelecimento da Cartografia como ciência. Nas décadas de 70/80 apontavam-se três concepções sobre a natureza científica da Cartografia: ciência formal, defendida por Kretshmer, entre outros, na qual se enfatizava a forma da representação – e não o seu conteúdo – como campo científico da Cartografia; ciência reflexiva, defendida por Salichtchev, entre outros, para quem a Cartografia só se realiza na interface com as Ciências Sociais e Naturais; e Ciência da Comunicação, defendida por Morisson, entre outros, na qual era considerado o campo da comunicação como a base científica da Cartografia. A Associação Cartográfica Internacional, no entanto, nunca considerou a Cartografia como “ciência”. A definição de 1966 aponta-a como “conjunto de operações científicas, artísticas e técnicas” e a de 1991 como “disciplina”. Outros elementos para essa discussão podem ser encontrados em Salichtchev (1970 e 1983), Kanakubo (1990) e Girardi (1992).

de problemáticas. O processo técnico se adianta à criação, à teoria.

Um dos grandes equívocos que têm sido cometidos por geógrafos é a utilização da Semiologia gráfica como conjunto de regras para analisar os mapas quando, na realidade, são regras para construir imagens racionais, conjunto no qual Bertin (1967) inclui os mapas, os diagramas e as redes.

Diagramas são construções gráficas que têm como objetivo a visualização de dados ou tratamentos gráficos de dados estatísticos; as redes são representações gráficas para visualização de correspondências lógicas entre elementos ou fenômenos (organograma, por exemplo). São, pela sua natureza, informações racionais, dada sua origem lógica e matemática e, de fato, quando sua construção se dá fora dos princípios da Semiologia gráfica, perdem muito a eficácia comunicativa.

Tal raciocínio, porém, não pode ser aplicado ao conjunto dos mapas, sob o risco de, por um lado, restringir sua função social e, por outro, negá-los como produto cultural.

Mapas são produções culturais de discursos sobre o território. Assim sendo, é possível ler a sociedade por meio de seus mapas.

A grande importância do mapa na Geografia reside na sua leitura e não exclusivamente na sua elaboração técnica. Podemos estabelecer aqui um paralelo entre a leitura de textos e a de mapas: aprendemos a ler criticamente textos, chegando ao refinamento de desvendar sua ideologia, intenções e opções teórico-metodológicas, mas não aprendemos a fazer exercício semelhante em relação aos mapas. O exercício da leitura crítica de material escrito nos orienta na produção de nossos próprios textos. Os mapas copiamos-los, literalmente, ou produzimos-los sob um conjunto rígido de técnicas e, pior, não percebemos o conteúdo ideológico e às vezes até mitológico do que estamos reproduzindo.

Isso não quer dizer que os preceitos de acurácia, de escala, etc. devam ser abolidos – muito pelo contrário! Mas esses não devem ser

o único critério para avaliação de mapas. Aprender Cartografia é aprender regras de construção de mapas, suas diferenças, o uso de cada tipo de produto, e, modernamente, técnicas automáticas. De fato, isso deve ser considerado e ensinado como conteúdo técnico, mas somente isso, a nosso ver, não basta.

Durante muito tempo se fez uma história da Cartografia que separava os mapas “primitivos” e “antigos” dos “contemporâneos” (leia-se ocidentais, científicos e, portanto, “verdadeiros”). Nessa classificação está claro o preconceito em relação tanto aos mapas das sociedades tecnologicamente não avançadas quanto aos mapas “não-científicos”. Convencionou-se chamar de mapa aquelas construções que obedecem a padrões. No decorrer da formação em Geografia, somos treinados a operacionalizar e a construir tais mapas; eventualmente a analisá-los. Ainda assim é comum balizar essa análise dentro de especificações técnicas da própria Cartografia. Julgamos se o mapa é bom ou não, se é correto ou não, a partir da existência ou não de escala, de orientação, de título, de uso de variáveis visuais pertinentes, de coerência legenda-conteúdo, entre outros elementos.

Isso sugere que o trabalho cartográfico seria um trabalho estritamente técnico – quase esbarrando no discurso da neutralidade – e acaba criando o vício da desconsideração de representações espaciais que não seguem o rigor cartográfico na análise espacial. Sendo o mapa uma forma de representação do espaço – representação gráfica e visual – podemos também entendê-lo como uma mediação entre a realidade e o leitor dessa realidade espacial; como uma imagem (possível) do mundo. Assim, o mapa reproduz um sistema de valores sociais que são culturais e históricos.

Segundo Board (1984, p. 96),

é no campo da educação geográfica que devemos olhar com maior interesse a pesquisa do uso geográfico do mapa.[...] É vital colocar mais esforços na melhoria da qualidade da leitura do mapa, não apenas perpetuar gerações

de compradores de mapas, mas desenvolver habilidades úteis para cidadãos de um mundo incrivelmente complexo e desconcertante.

RUMOS DA LINGUAGEM

CARTOGRÁFICA

A partir dos anos 60, momento no qual a Cartografia busca seu estabelecimento como campo científico independente, têm-se duas direções principais das discussões cartográficas: o *design* e a comunicação cartográfica, ou, simplificada, entre a produção técnica e a teoria, respectivamente. No âmbito da comunicação cartográfica várias teorias sobre o mapa são formuladas (na verdade, adaptadas de outros campos do conhecimento para analisar mapas) e, após a inserção massiva da informática, são reorganizadas nas principais linhas de pesquisa atuais: linguagem cartográfica, sistemas de informações geográficas e alfabetização cartográfica (Figura 1).

Vários autores, tais como Dacey (1978), Head (1984), Andrews (1991), Schlichtmann (1979, 1985) e Pravda (1993), ao discutirem a linguagem cartográfica, fazem uso das categorias da linguística estrutural. Na figura 2 podem ser observadas correspondências entre termos da Semiologia geral e da concepção linguística do mapa (Figura 2).

A identificação dos elementos lingüísticos é importante para a sistematização de procedimentos de leitura, porém é insuficiente para que se leia a sociedade através dos mapas, pelos seguintes motivos:

- (1) levam em consideração apenas os aspectos técnicos da confecção de mapas e, embora sejam bastante significativos em termos desses avanços, ou seja, permitam iniciar um processo diferenciado na forma de construí-los, são estritamente vinculados à idéia do mapa como modelo da realidade;
- (2) colocam o leitor comum primeiramente na função de denotador, ou seja, de tradutor do mapa a partir dos elementos da legenda, e o leitor especializado na função de conotador, ou seja, de intérprete do mapa a partir de combinações mediadas pelos signos, havendo, portanto, aí uma clara divisão social do saber cartográfico;
- (3) focalizam o mapa no contexto da atividade técnica e não de sua função social; no limite, afirmam que a função social do cartógrafo é fazer o mapa correto, e esta dicotomia certo/errado pautada nos aspectos técnicos é útil na própria atividade técnica (de revisão, por exemplo) e mesmo no nível elementar do ensino do mapa, porém é insuficiente para ler a sociedade e repensar o papel do mapa.

Figura 1 – Caminhos da pesquisa em comunicação cartográfica

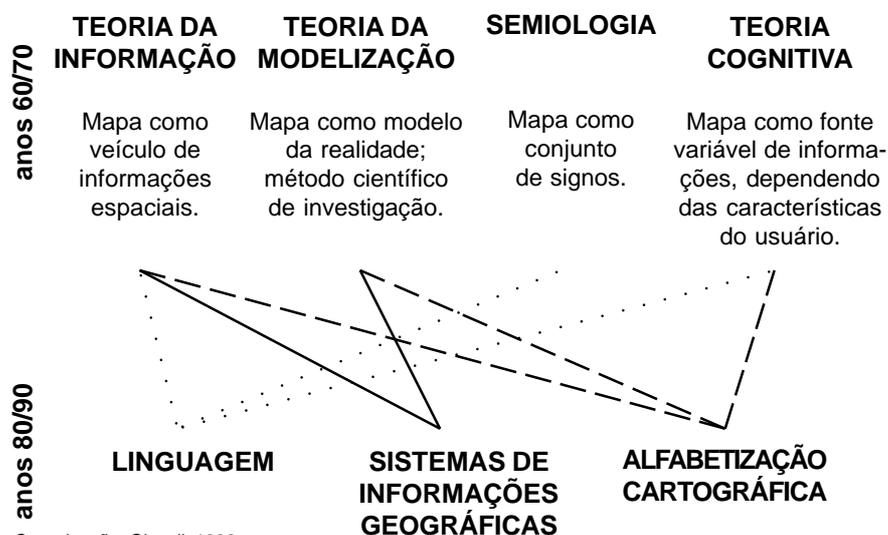


Figura 2 – Principais termos da concepção linguística do mapa, em comparação aos da Semiologia geral

TERMOS	SEMIOLOGIA GERAL	CARTOGRAFIA
SIGNO	- menor unidade de significação - algo que representa outra coisa - composto por < significante — material significado — conteúdo	- menor unidade de significação - algo que representa outra coisa - composto por: forma significado (legenda) } informação localização } livre] informação plana
	monema ou palavra fonema / letra / figura sema ou sentença sintagma texto (arranjo de sentenças)	cartomorfema/signo mínimo cartografema/traços distintivos macrosigno cartosintagma mapa (arranjo de macrosignos)
SINTAXE	sequência temporal e linear relação de um signo qualquer com os demais presentes no mesmo enunciado	espacial e bidimensional < local - signos localizados supralocal - arranjo no mapa
SEMÂNTICA	relação entre o signo e a sua designação	relação entre os elementos gráficos e os objetos mapeados
PRAGMÁTICA	relação do signo com o remetente e o destinatário	usos do mapa; questões referentes à percepção do mapa e ao ensino da linguagem cartográfica

Organização: Girardi, 1996.

Na verdade, há poucos trabalhos em Cartografia que abordam a leitura de mapas por outros enfoques. Dentre esses são dignos de nota os artigos *Design on signs: mith and meaning in maps* (Wood & Fels, 1986), *Deconstructing the map* (Harley, 1989) e *Cartography, ethics and social theory* (Harley, 1990).

Harley (1989, p. 2), que trabalha com história da Cartografia, preocupa-se com uma urgente “mudança epistemológica no modo como interpretamos a natureza da cartografia”. Para esse autor, é preciso “quebrar a ligação entre realidade e representação que tem dominado o pensamento cartográfico, a tem conduzido no caminho da ‘ciência normal’ desde o Iluminismo e também tem fornecido uma forma de leitura [...] para a história da cartografia.”

Os esforços de Harley são no sentido de mostrar que,

como um discurso criado e recebido por agentes humanos, os mapas representam o mundo através de um véu de ideologia, são repletos

de fusões internas, fornecem exemplos clássicos de poder-conhecimento e são sempre apreendidos em contextos políticos mais amplos (Harley, 1989, p. 5).

O autor considera que há regras de dois tipos que atuam no mapeamento: a regra da cientificidade e a regra da cultura. Sua crítica está no fato de que a elite cartográfica formula todo seu discurso a partir da regra da cientificidade. Assim,

as regras operam tanto entre como além das estruturas ordenadas de classificação e mensuração [...] Muito do poder do mapa como uma representação da Geografia social é que ele opera escondido numa máscara de uma ciência aparentemente neutra. Ela esconde e nega sua dimensão social ao mesmo tempo em que a legitima. Então, seja qual for a forma como nós olhamos para [o mapa] as regras da sociedade virão à tona (Harley, 1989, p. 7).

MITOS EM MAPAS

Um dos autores da lingüística que mais profundamente discutiram a leitura da sociedade pelas imagens que produz foi Roland Barthes. Sendo o mapa também uma imagem, as idéias desse autor podem contribuir para a elaboração de um procedimento de leitura de mapas.

No *Retórica da imagem*, Barthes (1982) vai pontuar que toda imagem carrega três tipos de mensagens que se articulam e cuja identificação é imprescindível para se compreender sua intenção: a mensagem lingüística, a mensagem icônica codificada e a mensagem icônica não codificada.

Nesse ponto é importante perceber que esse tipo de organização coincide parcialmente, em termos temáticos, com a abordagem proposta por Wood & Fels (1986) (icônico e lingüístico), mas tem uma diferença conceitual profunda: Wood & Fels falam em *códigos* e Barthes (1993) fala em *mensagem*.

Na semiologia das comunicações visuais, o par código/mensagem substitui o clássico da lingüística língua/fala. A língua é um “sistema preexistente, instituição social que acumulou historicamente uma série de valores e sobre a qual, em princípio, o indivíduo não tem nenhuma ascendência enquanto indivíduo” [e a fala é o] “ato individual de utilização da língua, um modo de combinar os elementos da língua no ato de comunicação” (Coelho Netto, 1990, p. 18), ou ainda, “ato individual de seleção e atualizações; combinações graças às quais o falante pode utilizar o código da língua com vistas a exprimir o pensamento pessoal” (Barthes, 1977, p.18).

Como no plano da Cartografia o interesse não é organizar um catálogo de ícones, mas sim compreender os motivos pelos quais estão presentes determinados elementos gráficos no mapa – e, portanto, o *ato individual da escolha dos elementos do código na composição da mensagem* – parece-nos mais pertinente buscar a identificação da mensagem do que falar propriamente em códigos, inclusive porque, em Cartografia, muitos símbolos são tomados de outros campos de significação (Schlichtmann,

1985). Por exemplo, as letras P, V e A fazem parte, em princípio, do código lingüístico (o alfabeto); porém, quando aparecem no mapa pedológico significam “solo do tipo podzólico vermelho-amarelo”. A legenda do mapa, nesse caso, é que atua como código, como repertório fixo.

Segundo Barthes (1982), toda imagem é polissêmica e a mensagem lingüística é a que vai precisar, entre uma infinidade de possibilidades, o sentido da imagem.

Nesse aspecto há, a nosso ver, um equívoco bastante grande em Cartografia, quando se postula o caráter monossêmico da representação gráfica. Bertin (1967, p. 142) afirma que a representação gráfica é um sistema monossêmico, constituindo “a parte racional do mundo das imagens”. A Semiologia Gráfica, a nosso ver, constitui-se num código icônico, ou seja, um repertório fixo, composto de variáveis visuais e formas de implantação, de que o mapeador lança mão para construir a imagem do mapa. Antes, porém, de se utilizar deste código o mapeador deve ter o domínio conceitual do que está mapeando para poder estruturar legenda e título do mapa e é somente neste momento – quando a representação gráfica é codificada em termos lingüísticos – que o mapa *pode* se tornar monossêmico, ou seja, manter as relações existentes – tanto espaciais quanto conceituais – na representação cartográfica tais como se dão na realidade.

Assim, na mensagem icônica codificada, também chamada de imagem literal ou denotada, a mensagem lingüística corresponde à chave de identificação. Em Cartografia, a correspondência é a legenda, porém não somente a legenda clássica, que aparece na forma de *box* externo ao mapa propriamente, mas toda mensagem lingüística que identifica elementos gráficos no mapa (por exemplo, “BR-116” é legenda de uma rodovia, que pode estar anotada no próprio mapa). No caso da mensagem icônica não codificada, também denominada imagem simbólica, cultural ou conotada, a mensagem lingüística fornece elementos para a interpretação. Dessa forma, o texto – estritamente o escrito,

nesse caso – assume a tarefa de traduzir os aspectos morais e ideológicos de uma sociedade (Barthes, 1982).

Tal função aproxima-se bastante daquela apontada como metalinguagem cartográfica por Andrews (1990, p. 15): “a metalinguagem [cartográfica] pode ser abstrata, geral, condicional, performática ou emotiva e pode implantar todas estas qualidades na linguagem-objeto.”

A retórica da imagem é para Barthes (1982) o conjunto dos conotadores, ou seja, dos termos que, a partir do suporte dado pela imagem denotada ou literal, definem a intenção da imagem. Assim, a retórica aparece como a face significante da ideologia.

Sendo o mapa um suporte de comunicação que contém imprescindivelmente estes dois aspectos – o lingüístico e o icônico – essa organização proposta por Barthes parece bastante pertinente para sustentar a leitura de mapas.

Essa organização vai também aparecer no *Mitologias*, onde há a formulação dos conotadores como mitos. Para Barthes (1993), o “mito é uma fala” e, portanto, um ato individual do uso da língua; é um sistema de comunicação, uma mensagem sob a qual incide um uso social. Qualquer fala poderia ser um mito, porém considera-se mito uma mensagem que visa à naturalização da cultura.

O autor considera a Semiologia somente uma ciência das formas, e que, portanto, só comporta a análise destas, não o seu conteúdo: “seu campo é limitado, tem por objetivo apenas uma linguagem, só conhece uma operação: a leitura ou deciframento” (Barthes, 1993, p. 136). A Ideo-

logia, sendo uma ciência histórica, é que incide sobre os conteúdos. O estudo dos mitos – a Mitologia – faz parte tanto da Semiologia (formal), quanto da Ideologia (histórica), uma vez que estuda “idéias em formas”.

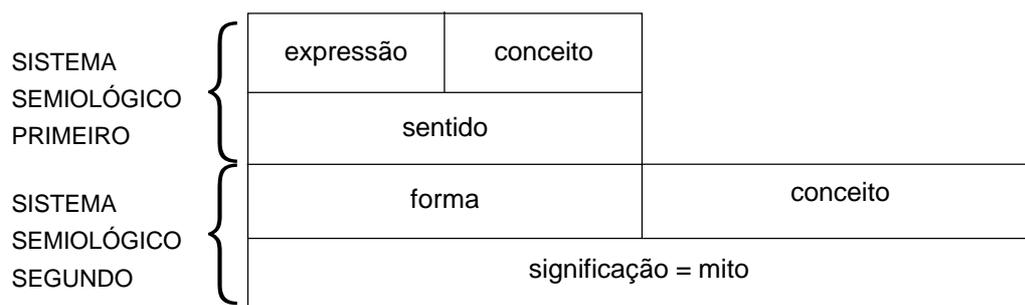
O mito é um sistema semiológico segundo, que se constrói a partir de uma cadeia semiológica preexistente. As matérias-primas da fala (ou mensagem) mítica, por mais diferentes que sejam inicialmente (pode ser um texto, uma imagem, um gesto, uma obra, uma roupa...), quando são captadas pelo mito reduzem-se a uma simples função significante.

Para Barthes (1993) o *significante* (expressão material) é ao mesmo tempo o termo final do sistema lingüístico, ou do sistema semiológico primeiro – chamado SENTIDO – e o termo inicial do sistema mítico – denominado FORMA. O *significado*, tanto no sistema lingüístico (primeiro) quanto no mítico (segundo) é chamado CONCEITO (Figura 3).

O mito opera transformando um sentido pleno numa forma vazia, o sentido está contido na forma, porém empobrecido, sem seu valor original, pois a função do conceito mítico não é eliminar o sentido, mas sim deformá-lo, aliená-lo. O vazio da forma permitirá a locação de um conceito, com novo contexto, com nova história. O mito, assim, é uma fala (mensagem) roubada e restituída. Essa mensagem é definida pela sua intenção muito mais do que pela sua literalidade (Barthes, 1993).

No caso dos mapas não será então a relação símbolo-legenda estritamente que deveremos focalizar, já que este é o aspecto literal da re-

Figura 3 – Esquema gráfico do mito (a partir de Barthes, 1993)



apresentação cartográfica, mas a intenção desta representação, a sua retórica, o mito que propaga.

A *significação* no mito é o processo que une a FORMA ao CONCEITO. Esse processo serve para notificar e constatar e, assim, a significação é o próprio mito. Ela nunca é completamente arbitrária, é sempre em parte motivada, contém fatalmente uma parte de analogia. Não existe mito sem forma motivada (Barthes, 1993).

Um dos recursos mais utilizados em Cartografia é a motivação dos elementos gráficos. Assim, tal análise pode, no caso dos mapas, ganhar outras proporções, ou seja, se o elemento gráfico presente no mapa mantém características reais do objeto, como, por exemplo, o logotipo representando uma empresa, esta mensagem já está completa: “Ali *existe* a empresa X”; já não se considera a função, a história, os possíveis acordos da instalação da empresa naquele lugar. Ela *está* lá. Esse é o processo que Barthes denomina esvaziamento do sentido, que transforma o logotipo ou a representação da empresa na expressão material ou forma do mito. Assim, o *significante* tem então duas faces: o sentido, que é a face plena, e a forma, que é a face vazia. O conceito mítico deforma a face plena, o sentido, privando-o de sua história.

Para Barthes (1993), tanto um *significado* quanto um conceito mítico podem ter vários *significantes*. Quando o conceito mítico possui vários significantes, a decifração do mito é possibilitada, pois é “a insistência num comportamento que revela sua intenção.”

Nesse caso, poderíamos pensar, no âmbito da Cartografia, no papel das convenções cartográficas. Na medida, por exemplo, em que o elemento hidrográfico é identificado com a cor azul (*significante*) e que por convenção rígida (caso das convenções de Cartografia sistemática, como as da carta topográfica) ou convenção tácita ou costume (no caso dos mapas temáticos) nada nos leva a questionar o azul para elemento hidrográfico (*significante*): azul é hidrografia e ponto! Mas, na medida em que

se dá essa codificação “azul = hidrografia” ao mesmo tempo é estendido um conceito de rio para todos os outros rios, ou seja, perde-se sua história (esvaziamento da forma), implanta-se o conceito “água limpa” (mito) mediado pelo elemento “azul” e, a partir de então, todos os elementos hidrográficos são representados.

O princípio do mito é a transformação da história em natureza. Todo sistema semiológico é um sistema de valores; porém o consumidor do mito considera a significação como um sistema de fatos: “o mito é lido como um sistema fatural quando é apenas um sistema semiológico” (Barthes, 1993, p. 152).

No âmbito da Semiologia, Barthes (1993) apresenta as três possíveis formas de trabalhar com mitos: a primeira é focalizar um *significante* vazio, ou seja, partir de um *conceito* e buscar uma *forma* para este, que seria a estratégia do produtor do mito; a segunda é focalizar um *significante* pleno e compreender a deformação do sentido, que seria a atividade do mitólogo, a atividade desmitificadora e a terceira é focalizar o *significante* do mito, atividade do leitor do mito. Diz ainda o autor que

se quisermos relacionar o esquema mítico com uma história geral, explicar como corresponde ao interesse de uma sociedade definida, em suma, passar da semiologia à ideologia, é evidentemente ao nível da terceira focalização que precisamos colocar-nos: é o próprio leitor dos mitos que deve revelar a função essencial destes últimos. (Barthes, 1993, p. 150)

Dessa maneira, poderíamos considerar que a leitura do mito cartográfico consiste na elucidação do *significante* do mito, ou seja, o que era *sentido pleno* (literal) e foi transformado em *forma vazia* e que foi naturalizado, recebendo um outro *conceito*.

Assim, para poder ler, através do mapa, a sociedade que o produz e o consome, os valores que estão em jogo e, conseqüentemente, o poder da representação, é preciso que se identifiquem, em primeiro lugar, os componentes da imagem literal ou denotada, ou seja, os as-

pectos icônicos, lingüísticos, espaciais, temporais e a maneira como são articulados no “discurso” ou, em outras palavras, compreender o seu sentido.

Posteriormente, poder perceber sua intenção, suas conotações possíveis, enfim, sua retórica, que poderá dizer a quem, para que e em que contexto está a significação desta representação, ou perceber o mito que propaga.

Assim, um procedimento possível de leitura de mapas seria:

(1) análise do primeiro sistema semiológico: língua e código cartográfico, e nesse ponto caberá a análise formal, identificando como os repertórios icônicos foram mobilizados para a formação do signo “mapa”; este item também comporta a análise do lugar do mapa – se é mensagem principal ou secundária no contexto gráfico no qual ocorre – bem como sua função declarada ou implícita;

(2) análise do segundo sistema semiológico: o mito, identificando como se dá o processo de esvaziamento do sentido e a locação de novo conceito, tentando nomear esse novo conceito⁴.

PALAVRAS FINAIS

Investigar maneiras diferenciadas de abordar os mapas pode contribuir para a desmistificação desse objeto na produção do conhecimento ge-

ográfico e é nesse sentido que buscamos dar nossa contribuição.

À guisa de conclusão deste artigo, citamos Harley (1991, p. 11), que diz:

dos esforços da Cartografia ‘científica’ para converter cultura em natureza e para ‘naturalizar’ a realidade social sobrou um discurso retórico inerente. [...] Retórica é parte do modo como trabalham todos os textos e todos os mapas são textos retóricos. Novamente nós devemos dismantelar o dualismo arbitrário entre ‘propaganda’ e ‘verdade’ e entre modos de representação ‘artística’ e ‘científica’ como eles são encontrados nos mapas. Todo mapa empenha-se em estruturar sua mensagem no contexto de uma audiência. Todo mapa estabelece um argumento sobre o mundo e são proposicionais por natureza. Todo mapa emprega o plano comum de retórica tal como invocações de autoridade (especialmente nos mapas ‘científicos’) e apelam ao leitor potencial através do uso de cores, decoração, tipografia, dedicatória ou escritos de justificação de seu método. [A preocupação não é] privilegiar a retórica sobre a ciência, mas dissolver a distinção ilusória entre os dois na leitura tanto dos propósitos sociais quanto do conteúdo dos mapas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDREWS, J. H. Map and language : a metaphor extended. *Cartographica*, Toronto, v. 27, n. 1, p. 1-19, 1990.
- BARTHES, R. *Elementos de semiologia*. 5. ed. São Paulo : Cultrix, 1977. 116p.
- _____. *Lo obvio y lo obtuso : imagenes, gestos, voces*. Barcelona : Paidós, 1982. 381 p.
- _____. *Mitologias*. 9a. ed. São Paulo : Bertrand Brasil, 1993. 182 p.
- BERTIN, J. *Sémiologie graphique : les diagrammes, les réseaux, les cartes*. Paris : Mouton & Gauthier-Villars, 1967. 432p.
- BOARD, C. Higher order map-using tasks : geographical lesson in danger being forgotten. *Cartographica*, Toronto, v. 21, n. 1, p. 85-97, 1984.
- COELHO NETTO, J. T. *Semiótica, informação e comunicação*. 3. ed. São Paulo : Perspectiva, 1990.
- DOSSE, F. *História do estruturalismo : o canto do cisne, de 1967 a nossos dias*. São Paulo : Ensaio, 1994. v. 2, 499 p.
- GIRARDI, G. *Do outro lado do mapa : eixos de pesquisa em comunicação cartográfica aplicados à cartografia temática*. 1992. 52 p. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

4. Barthes (1993, p. 142) afirma: “o conceito é um elemento constituinte do mito: se pretendo decifrar mitos, é necessário que possa nomear conceitos”. Para tanto, lança mão da criação de neologismos, tais como italianidade, basquidade, etc. No *Retórica da imagem* o autor diz que a italianidade não é a Itália, mas um conjunto de coisas que identificam a Itália, “da pintura ao espaguete”, e que são idéias construídas mais em relação a estereótipos turísticos do que a uma análise cultural mais ampla.

- _____. *A cartografia e os mitos : ensaios de leitura de mapas*. 1997. 148 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- GUELKE, L. Cartographic communication and geographic understanding. *The Canadian Cartographer*, Toronto, v. 13, n. 2, p. 107-122, 1976.
- HARLEY, J. B. Cartography, ethics and social theory. *Cartographica*, Toronto, v. 27, n. 2, p. 1-231, 1990.
- _____. Deconstructing the map. *Cartographica*, Toronto, v. 26, n. 2, p. 1-20, 1989.
- HEAD, C. G. The map as natural language: a paradigm for understanding. *Cartographica*, Toronto, v. 21, n. 1, p. 1-32, 1984.
- KANAKUBO, T. The development of theoretical contemporary cartography. *The Science Reports of the Tohoku University, 7th series (Geography)*, Tohoku, v. 40, n. 1, p. 1-19, 1990.
- LACOSTE, Y. *A geografia : isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas : Papirus, 1988.
- MORAES, A. C. R. *Geografia : pequena história crítica*. 4. ed. São Paulo : Hucitec, 1993. 138p.
- PRAVDA, J. Map language. *Cartographica*, Toronto, v. 30, n. 4, p. 12-14, 1993.
- ROBINSON, A. H., PETCHENIK, B. B. *The nature of maps: essays toward understanding maps and mapping*. Chicago : University of Chicago Press, 1952. 138 p.
- SALICHTCHEV, K. A. Cartographic communication : a theoretical survey. In: TAYLOR, D. R. F. (Ed.). *Graphic communication and design in contemporary cartography*. New York : John Wiley & Sons, 1983. v. II, p.11-36.
- SCHLICHTMANN, H. Characteristics traits of the semiotic system 'map symbolism'. *The Cartographic Journal*, London, v. 22, n. 1, p. 23-30, 1985.
- _____. Codes in map communication. *Cartographica*, Toronto, v. 16, n. 1, p. 81-97, 1979.
- SIMIELLI, M. E. R. *O mapa como meio de comunicação : implicações no ensino da geografia do 1º grau*. 1986, 205 p. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- TAYLOR, D. R. F. Geography, GIS and the modern mapping sciences : convergence or divergence. *Cartographica*, Toronto, v. 30, n.2/3, p. 47-53, 1993.
- _____. A conceptual basis for cartography : new directions for the information era. *Cartographica*, Toronto, v. 28, n. 4, p. 1-8, 1991.
- WOOD, D., FELLS, J. Design on signs : myth and meaning in maps. *Cartographica*, Toronto, v. 23, n. 3, p. 54-103, 1986.

RESUMO

Este artigo apresenta breves considerações sobre a relação da Geografia com a Cartografia, identificando o momento da ruptura entre esses dois campos do saber e, na busca da superação dessa ruptura, apresenta-se a trajetória da elaboração de um conjunto de procedimentos de leitura crítica dos mapas, que possibilite a leitura da sociedade por meio de suas representações cartográficas, pautada na Semiologia e linguagem cartográfica, e utiliza como referencial metodológico as *Mitologias* de Roland Barthes (1993).

PALAVRAS-CHAVES

Cartografia – Leitura de mapas – Ensino superior em Geografia

RÉSUMÉ

Cet article présente de brèves considérations sur la relation de la géographie avec la cartographie; il cherche à établir le moment de la rupture entre ces deux champs du savoir. Dans la recherche du dépassement de cette rupture y est présentée la trajectoire de l'élaboration d'un ensemble de procédés de lecture critique des cartes, ce qui permet la lecture de la société à travers ses représentations cartographiques, utilisant les outils théoriques de la sémiologie et du langage cartographique. Le référentiel méthodologique utilisé est celui du livre *Les Mythologies* de Roland Barthes.

MOTS-CLÉS

Cartographie – Lectures des cartes – Enseignement supérieur de la Géographie